

# LIÇÕES PRÁTICAS DA PANDEMIA

## RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA 11 JULHO 2020



### LIÇÃO Nº 1

#### NOVOS SINAIS DE IMPASSE NA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

A globalização acelerou a disseminação da Covid-19 e, sem mecanismos multilaterais de articulação credíveis, impediu os países de responder de forma coerente e atempada. Mesmo depois de assumida a gravidade global da pandemia, assistiu-se a uma concorrência violenta por equipamentos médicos e de proteção entre os Estados, incapazes de gerar soluções de cooperação. Esta resposta limitada e desigual prejudica mais os países mais pobres, cativando-os por intermédio da dívida.

Os EUA escalam na resposta às ameaças à sua hegemonia e a tensão com a China está transformada num choque aberto entre potências imperialistas, consequência de políticas protecionistas de disputa de zonas de influência, com crescentes contornos bélicos e num cenário de expansão da NATO. Estes elementos concorrem fortemente para uma redução do comércio mundial, entre 15% e 35% em 2020, segundo a OMC. Adensam-se os riscos para países com economias mais dependentes, sobretudo em bens de tecnologia ou de primeira necessidade.

### LIÇÃO Nº 2

#### A MOBILIZAÇÃO DO ESTADO NA RESPOSTA À CRISE NÃO É UM RÉGRESSO KEYNESIANO

A vertigem da nova crise expressou-se desde os seus primeiros dias por uma evidente mudança no confronto político. As forças liberais deslocaram-se para a defesa de um intervencionismo temporário do Estado e a ortodoxia europeia aceitou quebrar alguns dos seus tabus, admitindo formas de mutualização de dívida. Ora, a experiência da crise de 2008/09 ensina-nos que essas deslocações podem ser tão rápidas como efémeras. Aliás, todos os intervenientes, das instituições internacionais ao governo português, apressaram-se a rejeitar uma viragem do Estado para o exercício estratégico da propriedade de empresas - o que conduziria ao debate do controlo público dos bens privatizados na energia, nas telecomunicações ou na banca. O atual intervencionismo reduz o Es-

tado ao papel de agente de capitalização e reprivatização.

A pressão para a redução da proteção social de emergência e para a reposição de restrições orçamentais já se expressa abertamente na Europa. No início de julho, apesar de prever a maior taxa de desemprego nos países membros desde a Grande Depressão, a OCDE pronunciou-se pela redução dos apoios salariais de emergência, de modo a pressionar os trabalhadores a “saírem de setores económicos em contração”.

Importa reconhecer, no entanto, que há hoje condições novas para a disputa por uma política socialista de resposta à crise. Em contexto de crise é essencial a afirmação de uma resposta alternativa à crise económica e social. A evidente inadequação do mercado livre para assegurar necessidades essenciais apela ao programa ecossocialista.

### LIÇÃO Nº 3

#### A PANDEMIA OBRIGOU À REVISÃO DAS ESCALAS SOCIAIS DE VALORES E DE NECESSIDADES ESSENCIAIS.

Esse processo deu centralidade à provisão pública de bens e serviços de Saúde de acesso universal e, a par dela, ao reconhecimento de insubstituíveis funções de Estado nos terrenos da educação, da segurança ou da subsistência imediata das populações vulneráveis. Para amplos setores sociais, ficou clara a inadequação da oferta privada, acentuada pela situação de emergência. Os riscos potenciados pela mercantilização da infraestrutura social ficaram evidentes na escassez de capacidade pública na assistência a idosos (contágio nos lares de idosos) e na falta de oferta pública de habitação (contágio em populações em precariedade habitacional).

Essa nova percepção popular do papel do Estado social conjuga-se com tratamentos divergentes do recurso a poderes excepcionais pelos governos. Restrições de liberdades cidadãs foram naturalizadas de forma mais ou menos radical em diversos países, mas o mesmo não ocorreu quanto ao exercício de soberania sobre recursos económicos, fosse para impor a proteção de trabalhadores não-essenciais, fosse para

requisitar capacidade produtiva ou assistencial ou de transporte para controlar o contágio. Assim, a questão dos poderes excepcionais é uma questão política e de classe: poderes excepcionais para quê? Sobre que parte da sociedade? E para proteger quem?

#### **LIÇÃO Nº 4**

### **O TRIUNFO DO AUTORITARISMO LIBERAL NO MUNDO DO TRABALHO IMPÔS UMA DESPROTEÇÃO RADICAL**

A precarização das relações de trabalho é um fator determinante da assimetria profunda com que a crise é vivida. A paragem da economia atingiu como um terramoto social amplos setores do mundo do trabalho, aqueles cujas relações laborais precárias deixam em total vulnerabilidade à conjuntura. Quem está precário, perde tudo com a crise, porque fica sem rendimentos e está fora da proteção social. Essa dinâmica de precarização vem de trás: em Portugal, cerca de 1/4 da força de trabalho tem contratos a prazo, a que se somam cerca de 500 mil trabalhadores registados como “independentes”, 70 mil temporários e um número indeterminado de trabalhadores informais, sem qualquer proteção. A economia informal vale cerca de 20% do PIB. Por outro lado, desde 2010 que a maioria dos desempregados não tem acesso a qualquer proteção no desemprego. Com a crise, esta conjugação revelou os seus efeitos catastróficos, com centenas de milhares de pessoas sem rendimento nem enquadramento em mecanismos normais de proteção social. Isso obrigou a medidas extraordinárias e temporárias de apoio, que, na sua insuficiência para impedir um empobrecimento massivo, revelam os efeitos do triunfo liberal sobre as relações laborais.

Ao visibilizar funções essenciais sempre desvalorizadas (cuidados, limpeza, resíduos, distribuição, entre outras), quer do ponto de vista da inferioridade salarial quer da falta de proteção social, a pandemia tornou também mais evidentes as desigualdades de género e a discriminação das populações racializadas. E expôs ainda a falta de representação organizada de contingentes significativos desta força de trabalho que nunca parou: dois exemplos evidentes são os trabalhadores das plataformas de entregas ou as trabalhadoras do serviço doméstico.

Uma resposta assente apenas em auxílios temporários, sem uma eliminação estrutural da precariedade, significa que esta crise acentuará ainda mais o modelo de exploração. À precariedade e desproteção, somar-se-ão novas formas de atomização social, de

controlo patronal e de prolongamento do tempo de trabalho, o que já ocorre em numerosos setores, através do recurso ao teletrabalho, sub regulado legalmente e, portanto, determinado pelo arbítrio patronal.

#### **LIÇÃO Nº 5**

### **O “GRANDE CONFINAMENTO” NÃO MITIGA O CAOS CLIMÁTICO**

Não é verdade que a paragem de alguns setores da economia tenha significado um ganho em termos climáticos. Em muitos casos, a uma paragem breve seguiu-se uma aceleração de produção com maiores danos. A crise tem ainda servido de pretexto para retrocessos ambientais e mesmo crimes impraticáveis em tempos normais, como as decisões de Bolsonaro na aceleração do desmatamento da Amazônia. Em Portugal, o governo cala-se perante o perigo crescente da obsoleta Central Nuclear de Almaraz e os primeiros sinais dados pelo Partido Socialista no debate de um programa de recuperação apontam a um reforço do extrativismo. Sob a capa do discurso da transição energética, o governo prepara o lançamento de novas concessões de extração mineira, ambiciona novas formas de mineração marinha e pode regressar aos projetos de prospeção de hidrocarbonetos.

#### **LIÇÃO Nº 6**

### **A POLÍTICA DA MORTE É O POPULISMO REACIONÁRIO QUE LANÇA OS POBRES NA VALA COMUM**

Na resposta sanitária, proliferam fenómenos de desumanização, seja nos mecanismos de vigilância extrema às populações seja no abandono dos pobres à morte. Grandes economias como os EUA, a China, a Rússia, a Índia e o Brasil têm governos de caráter anti-ambiental, misógino e necropolítico.

A necropolítica avança também na União Europeia que condena os refugiados no Mediterrâneo, enquanto vai incorporando a agenda da extrema-direita.

Esta política articula uma subordinação da saúde pública aos interesses do capital e da não interrupção da produção e circulação de mercadorias, conjugada com projetos tecnológicos de vigilância total e desenvolvimento de serviços públicos (saúde, educação) em linha com o poder omnipresente das grandes tecnológicas. Esta pulsão autoritária promove um discurso moral sobre a pandemia e uma criminalização dos pobres, rejeita o controlo democrático sobre instrumentos económicos e afirma uma espécie de estado de exceção securitário.

## **LIÇÃO Nº 7**

### **A UNIÃO EUROPEIA RECONHECE A CRISE, MAS NÃO RESPONDE ÀS SUAS VÍTIMAS**

Sucedem-se conselhos europeus medíocres. O pacote de ajuda financeira anunciado, inédito por transferir para Portugal, a fundo perdido, um montante de 13 mil milhões, é porém insuficiente para sequer repor as condições económicas e financeiras imediatamente anteriores a 2020 e não inclui recursos para os anos fiscais posteriores. Esse fundo poderá acabar por ser apenas um adiantamento que o país terá de compensar em próximos orçamentos. Certo é que, em maior ou menor grau, o desfecho será o aumento da dívida soberana, asfixiando o desenvolvimento económico.

As regras europeias sobre défice, dívida e ajudas de Estado podem estar temporariamente suspensas, mas os tratados mantêm-se inalteráveis, como sublinhou Angela Merkel. Sossego para a Alemanha e os mercados financeiros. Os passos dados até ao momento são débeis, não travam a onda austeritária e adiam o investimento num calendário orçamental a conta-gotas.

O resultado mais provável não será um espontâneo abandono keynesiano do neoliberalismo, mas sim a tentativa dos governos reacionários, como o de Orban e outros, bem como dos governos neoliberais da União Europeia de, como sempre, transferir para os trabalhadores o enorme peso da dívida que vai agora contrair.

## **LIÇÃO Nº 8**

### **VOLTAR AO PRÉ-COVID: A IMPOSSIBILIDADE DE UM OBJETIVO MEDÍOCRE**

O governo do PS anunciou que rejeitaria medidas de austeridade. Se é certo que temporariamente aumentou apoios sociais e protegeu a despesa pública, não é menos verdade que não se propõe impedir o empobrecimento do trabalho ou elevar o investimento público à altura das necessidades da retoma económica e do fortalecimento dos serviços públicos. Sinal pior, a persistência em avançar com o atentado ambiental do Aeroporto no Montijo, indesejáveis projetos extrativistas e aventuras financeiras como o Novo Banco.

Acresce que, ao recusar medidas de justiça económica, como a proibição dos despedimentos em empresas com lucros ou da distribuição de dividendos milionários num contexto de enorme incerteza, repete-se o padrão de transferência de rendimentos do trabalho para o capital, somando-se a desvalorização

salarial provocada pelo lay-off. A continuar esta política, os trabalhadores desempregados e precários serão novamente as principais vítimas do ajustamento económico.

O programa do governo baseia-se na objetivo de restaurar taxas positivas de crescimento sem tocar no modelo económico. Ora, a preservação do modelo económico é errada e é impossível. É errada porque esse modelo promove desigualdades, precariedade e privilégio rentista. É impossível porque a própria estrutura económica portuguesa terá sofrido, à saída desta crise, transformações profundas e persistentes em setores estratégicos (desde logo nos setores do comércio, turismo, transporte aéreo) que obrigam a planear formas de recuperação produtiva que respondam às necessidades nacionais.

Ora, aquele restauracionismo sem crítica do modelo desperta o espectro do bloco central, resgatado por recentes acordos formais e informais entre PS e PSD, que já impediram avanços maiores nas medidas de auxílio social e que procuram reduzir o espaço do debate democrático, impedir a regionalização com um processo antidemocrático de partidarização da CCDR e limitar a fiscalização da ação do governo.

Perante a estratégia restauracionista e de conservação do modelo económico que aproxima PS e PSD, o Bloco proporá um programa de recuperação com objetivos de reconstrução produtiva e transição ambiental com reforço dos serviços públicos e trabalho com direitos.

## **LIÇÃO Nº 9**

### **AS CRISES ECONÓMICA E CLIMÁTICA SÃO SÓ UMA E TÊM A MESMA RESPOSTA**

A urgência da intervenção pública na economia com vista a parar a destruição do emprego junta-se à urgência da resposta à crise climática. A resposta será uma, porque também as diferentes crises têm o mesmo nome: capitalismo - o desemprego, o sistema financeiro que delapida o Estado Social, a fúria extrativista que ameaça a vida na Terra.

A estratégia de resposta às alterações climáticas, por intermédio da reconversão energética, do território, dos transportes, da indústria, da habitação, é também a única capaz de enfrentar a recessão e proteger o emprego. Um programa financiado por uma economia mais justa, com controlo público dos setores estratégicos e que cria emprego, apoiada numa Escola emancipadora, convocando todo o tipo de qualifi-

cações e impulsionando inovação e conhecimento. Não há soluções sem a coragem e a sensatez de políticas socialistas, as que podem responder pelo clima, pelo emprego, pela segurança.

## **LIÇÃO Nº 10**

### **CONFLITO/LUTA DE CLASSES**

Estamos perante uma potencial nova configuração de classe. Para citar apenas alguns fatores marcantes: o aumento em massa do desemprego; o medo de contágio no local de trabalho; o maior reconhecimento social dos trabalhadores e trabalhadoras de serviços de baixa remuneração, racializados e feminizados; o isolamento social generalizado e agravado para quem trabalha em casa e tem de conciliar mais trabalho doméstico e menos espaços de convívio com os tempos e restrições do trabalho remunerado, esbatendo-se a fronteira entre produção e reprodução.

A mobilização das gerações mais jovens nos últimos anos acelerou o crescimento dos movimentos por justiça climática, feminista e antirracista. As lutas laborais podem reforçar-se com estes movimentos e contribuir para a recuperação da ação do movimento sindical e nos locais de trabalho, onde o combate pelo pluralismo e democracia são instrumentos indispensáveis para o fortalecimento da luta dos trabalhadores.

O resultado final desta crise económica será, em cada país, fruto do equilíbrio das forças sociais locais no contexto da relação de forças global.

## **LIÇÃO Nº 11**

### **O MANDATO DO BLOCO É A RESPOSTA À CRISE**

Um programa anticapitalista e ecossocialista de resposta à crise pandémica disputa a maioria popular num cenário de recuperação de novos patamares da luta social e de construção de um novo modelo económico. A esquerda bate-se pela recuperação dos direitos do trabalho, pelo relançamento da contratação coletiva (com o fim da caducidade unilateral e a reposição do princípio do tratamento mais favorável), pela reversão dos cortes na compensação por despedimento, pelo fim do padrão de precariedade, substituindo vínculos precários por contratos estáveis, pela resposta às formas de precarização que crescem através de plataformas e do outsourcing, pela proteção do trabalho por turnos, pela diminuição do horário de trabalho ou pela regulação do teletrabalho.

Uma nova economia, para todos e não só para alguns,

combate as desigualdades salariais, reduz a carga laboral e recupera capacidade industrial e agrícola sob orientação de um programa de transição energética, promovendo a coesão territorial e os transportes públicos, incrementa o salário indireto através do reforço da universalidade dos serviços públicos (saúde, educação, cultura, justiça) e da efetivação do direito à habitação. Para tanto, o país deve recuperar capacidade de decisão nos setores chave da economia, introduzindo o controlo público sobre a banca, nacionalizando a EDP, Galp, ANA, TAP, REN e CTT, rede básica de comunicações e outras infraestruturas estratégicas.

O Bloco procurou, no início desta legislatura, abrir um caminho de recuperação de direitos para quem trabalha, eliminando as normas introduzidas na legislação do trabalho sob a troika (contratação coletiva, férias, horas extra e compensação por despedimento) ou defendendo o fim da discriminação de jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração em sede de período experimental. Insistimos na urgência de fortalecimento dos serviços públicos e da universalidade das suas respostas, desde logo o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social. A pandemia mostrou a necessidade destas medidas como início da recuperação de um papel estratégico do Estado na economia e a defesa da soberania nacional que recupere democracia e produção sustentável. É essa a disponibilidade para sair da crise económica e social que temos pela frente.

O Bloco assume a responsabilidade de um programa de esquerda anticapitalista, popular e socialista na resposta à crise, com três compromissos fundamentais: i) não deixar ninguém para trás nas medidas de emergência; ii) forte investimento público e recuperação de mecanismos de soberania económica; iii) uma intervenção pública determinada para redirecionar a economia, responder à crise climática, reconstruir direitos do trabalho e criar emprego.

Este programa é um instrumento de luta. As próximas disputas eleitorais, regionais dos Açores, presidencial e autárquicas, devem servir para a afirmação desta alternativa. O projeto liberal desacreditado, onde subsiste uma direita sem alternativa ao programa da troika, tenta salvar-se empurrando a esquerda para o espaço da disputa com a extrema-direita racista, xenófoba, homofóbica e misógina. Combateremos a austeridade e o autoritarismo de onde quer que venha, do centro à direita.